

FISCALIDADE DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS

Mestrado em Solicitadoria

Código: 22100

Área Científica Predominante: Fiscalidade

Docente: Líliana Ivone da Silva Pereira

Idioma de Instrução: Português

Regime: S1

Carga Letiva: 35h Carga Trabalho: 133h

ECTS: 6,0

Objetivos

A unidade curricular pretende abordar, de uma forma geral, algumas áreas da tributação relativamente às quais as atividades dos solicitadores são confrontadas, apresentando os regimes fiscais aplicáveis a essas situações. Pretende-se dar assim uma visão geral da tributação do património, focando os deveres especiais a que os solicitadores estão obrigados, e apresentando as metodologias de cálculo das várias variáveis tributárias envolvidas. Por isso, o programa foca-se, principalmente, no estudo do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), no Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto do Selo (IS).

A especificidades do IVA e do IRS, seja no enquadramento da própria atividade profissional, enquanto solicitador, seja no âmbito dos negócios jurídicos sobre bens imóveis, serão igualmente temas objeto de tratamento. Pretende-se igualmente focar a aprendizagem na componente prática da fiscalidade associada às matérias referidas.

Resultados da Aprendizagem

Pretende-se dar competências nas matérias relacionadas com a interpretação das normas fiscais e nas metodologias de cálculo das várias variáveis relacionadas, nomeadamente, com os Impostos sobre o Património, e Imposto do Selo.

Adicionalmente e com vista à análise do futuro enquadramento fiscal em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, pretende-se que os mestrandos entendam e adquiram conhecimentos sobre as diferentes metodologias de apuramento dos rendimentos e sua qualificação.

Conteúdos Programáticos

1. Introdução

- O papel da fiscalidade na sociedade e na economia
- Noções gerais de fiscalidade

2. Imposto Municipal sobre Imóveis

- Incidência objetiva

- Incidência subjetiva
- Isenções
- Regras de determinação do Valor Patrimonial Tributário
- Apuramento da coleta
- Matrizes
- Regras de pagamento
- Obrigações acessórias
- Regime do AIMI

3. Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis

- Incidência objetiva
- Incidência subjetiva - Ficcionalismo das transmissões
- Os “novos factos” geradores de IMT
- Isenções
- Apuramento da coleta
- Regras de pagamento
- Obrigações acessórias

4. Imposto do Selo

- Incidência objetiva
- Incidência subjetiva
- Encargo de imposto VS Sujeito passivo
- Isenções
- Operações financeiras
- Apuramento da coleta
- Obrigações acessórias

5. Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

- enquadramento geral da categoria G relativamente às mais-valias de imóveis

6. Imposto sobre o Valor Acrescentado

Bibliografia Recomendada

Códigos Fiscais

Manual de Apoio fornecido pelos docentes

Carlos, Américo Brás; Abreu, Irene; Durão, João Ribeiro; Pimenta, Maria Emília (2019). Guia dos Impostos em Portuga 2019, Edição Quid Juris.

PIRES, José Maria Fernandes (2018). Lições de impostos sobre o património e do selo. Almedina.

MATEUS, J. Silvério; FREITAS, L. Corvelo (2005): Os Impostos sobre o Património Imobiliário. O Imposto do Selo, 2005, Engifisco.

CELORICO PALMA, C. (2017): Introdução ao Imposto Sobre o Valor Acrescentado, Almedina.

MORAIS, Rui Duarte (2016), "Sobre o IRS", Almedina, Coimbra.

XAVIER DE BASTO, José G. (2007), "IRS: Incidência Real e Determinação dos Rendimentos Líquidos", Coimbra Editora.

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos foram definidos tendo por base, os objetivos que se pretendem alcançar, bem como as competências a serem adquiridas pelos estudantes de mestrado, de uma perspetiva profissionalizante.

Os aspectos essenciais de caracterização e funcionamento do mecanismo dos impostos sobre o património e dos impostos sobre o rendimento serão abordados para que no seu futuro profissional os alunos sejam capazes de enquadrar devidamente, no âmbito da tributação directa e indirecta, as operações realizadas pelas entidades onde exercerão a sua atividade, conhecendo os seus direitos e deveres, os prazos e formalidade associados ao seu cumprimento bem como os meios para reagir em caso de discordância com a atuação das entidades fiscais.

Neste contexto é de extrema importância a abordagem jurisprudencial e doutrinária nas várias matérias a tratar, sendo que será dada particular atenção a essa análise.

Métodos de Avaliação

As regras de avaliação obedecem ao Regulamento Académico do IPCA e ao Regulamento de Avaliação de Conhecimentos e Competências da ESG.

Em específico, a avaliação contínua nesta unidade curricular será realizada por trabalho escrito, com apresentação na última aula do semestre desta unidade curricular.

Trata-se de um trabalho em grupo: grupos de 3 alunos. A apresentação será de, no máximo, 15 minutos, tendo que contar com a presença e participação de todos os elementos do grupo.

O objeto do trabalho é um acórdão sobre matéria da unidade curricular que será fornecido pela docente a cada grupo.

Será também considerada para a avaliação a assiduidade às aulas.

Cálculo da classificação final: assiduidade x 15% + trabalho escrito x 50% + apresentação x 35%.

Nas épocas de exames e especial a avaliação será apenas por trabalho escrito (sem apresentação). Aos alunos inscritos para estas épocas, a docente enviará por e-mail um acórdão para ser objeto do trabalho.